Empresas & Negócios

MATERIAL PUBLICADO NO JORNAL EMPRESAS & NEGÓCIOS EM 12/12/2025

Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) www.arrow.com

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	93.424	76.973
Clientes	6	16.528	15.486
Estoques	7	8.087	8.661
Partes relacionadas	8	5.079	6.908
Impostos a recuperar	9	25.274	21.579
Despesas antecipadas		131	152
Outros ativos		229	182
Total do ativo circulante		**148.752**	**129.941**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	41.505	63.014
Outros ativos		196	30
Ativo de direito de uso	10	3.582	2.326
Investimentos	11	115	115
Imobilizado	12	1.995	1.697
Total do ativo não circulante		**47.393**	**67.182**
Total do ativo		**196.145**	**197.123**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Passivo de arredamento	10	994	913
Fornecedores	13	1.930	1.742
Obrigações tributárias	14	2.026	1.879
Obrigações trabalhistas	15	5.044	6.551
Partes relacionadas	8	2.387	370
Outros passivos	17	5.790	8.574
Total do passivo circulante		**18.171**	**20.029**
Não circulante			
Passivo de arredamento	10	2.862	1.673
Provisão para demandas judiciais e administrativas	16	75.303	142.382
Total do passivo não circulante		**78.165**	**144.055**
Patrimônio líquido	**18**		
Capital social	18.1	82.178	82.178
Reserva de capital	18.2	543	543
Reserva legal	18.2	853	-
Reserva para investimento e expansão	18.2	16.235	-
Prejuízos acumulados		-	(49.682)
Total do patrimônio líquido		**99.809**	**33.039**
Total do passivo e patrimônio líquido		**196.145**	**197.123**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

			Reservas de Capital				
	Notas	Capital Social	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Reserva para investimento e expansão	Lucro (Prejuízo) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**82.178**	**543**	**-**	**-**	**(109.830)**	**(27.109)**
Outras movimentações		-	-	-	-	(60)	(60)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.208	60.208
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**82.178**	**543**	**-**	**-**	**(49.682)**	**33.039**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	66.770	66.770
Destinação para a reserva legal		-	-	853	-	(853)	-
Destinação para a reserva para investimento e expansão		-	-	-	16.235	(16.235)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**82.178**	**543**	**853**	**16.235**	**-**	**99.809**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas e serviços	21	111.718	110.136
Custo das vendas e serviços prestados	22	(58.145)	(59.015)
Lucro bruto		53.573	51.121
Despesas gerais e administrativas	23	(33.412)	(31.666)
Outras receitas operacionais	24	73.882	66.676
Lucro antes do resultado financeiro		94.043	86.131
Receitas financeiras	25	10.631	8.070
Despesas financeiras	25	(11.251)	(14.950)
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		93.423	79.251
Impostos de renda e contribuição social corrente	20	(5.144)	(3.939)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	20	(21.509)	(15.104)
Lucro do exercício		66.770	60.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro do exercício	66.770	60.208
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Total do resultado abrangente	66.770	60.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	93.423	79.251
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação	459	210
Amortização ativo de direito de uso	878	610
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.159)	(1.645)
Provisão para perdas de estoques	441	166
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(67.079)	(48.652)
Juros sobre impostos a recuperar	(4.693)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	292	226
Baixa do ativo imobilizado	151	24
Perda com instrumentos derivativos	-	41
Variação no capital circulante:		
(Aumento)/redução em ativos		
Contas a receber de clientes	2.117	5.160
Estoques	133	1.872
Imposto a recuperar	998	(1.434)
Despesas antecipadas	21	(53)
Contas a receber de partes relacionadas	1.829	(4.075)
Outros ativos	(213)	105
Aumento/(redução) em passivos		
Fornecedores	188	(2.728)
Obrigações tributárias	5.763	2.860
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.507)	488
Contas a pagar de partes relacionadas	2.017	(994)
Outros passivos	(2.832)	(801)
Pagamento Imposto de renda e contribuição social	(10.760)	(7.471)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	18.467	23.160
Atividades de investimento:		
Aquisição de bens de ativo imobilizado	(909)	(1.444)
Fluxo de caixa líquido consumidos pelas atividades de investimento	(909)	(1.444)
Atividades de financiamento		
Amortização de arrendamento	(1.107)	(575)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(1.107)	(575)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	16.451	21.141
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.973	55.832
Caixa e equivalentes no final do exercício	93.424	76.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia e contexto operacional: 1.1. Informações sobre a Companhia: A Arrow Brasil S.A. ("Arrow Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada na Via Anhanguera, sem nº, Centro Logístico Anhanguera, Galpão 34, São Paulo-SP, Brasil. A Companhia tem como atividades principais a comercialização, distribuição, importação e exportação de material elétrico e eletrônico, inclusive computadores, impressoras, estruturas de segurança, roteadores, fontes e periféricos em geral, equipamentos de armazenagem de dados e outros aparelhos para transmissão ou recepção de voz, imagens ou outros dados, máquinas e equipamentos, assim como os respectivos programas de computação (softwares) e respectivas partes, a revenda de cessão de direto de uso de programas de computação (softwares); a industrialização por encomenda em estabelecimento de terceiros de peças, equipamentos, máquinas e armazenamentos de dados de automação industrial, bem como administração de materiais e equipamentos , intermediação de negócios, consultoria e assistência técnica, inclusive desenvolvimento de projetos de produtos e eletrônicos, treinamentos e prestação de serviços de demais serviços relacionados a produtos e eletrônicos em geral; planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres. **2. Base de preparação:** As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão apresentadas nesta seção. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. Declaração de relevância: A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As informações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelas Administração em 11 de junho de 2025. **3. Resumo das principais políticas contábeis: 3.1. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste de valor presente, quando relevante, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.2. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura os instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo é mensurado com base na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (a) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (b) na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso dever acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva a consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir com base na informação de níveis mais abaixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo; • Nível 1-preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2-técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3-técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.3. Moeda funcional:** As informações financeiras são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas são arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.4. Transações com conversão de moeda:** As operações com moedas estrangerias são convertidas para moeda funcional, utilizando taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e a conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado. **3.5. Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.6. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia, as quais são reconhecidas inicialmente pelo valor faturado e subsequente, mensurados pelo custo amortizado com base no método de taxas de juros efetiva, se aplicável e relevante. A provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas. **3.7. Estoques:** Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos não circulantes, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. **3.9. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O teste de recuperação ("impairment test") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros. **3.10. Imobilizado:** A Companhia optou por avaliar seu ativo imobilizado ao valor justo como custo atribuído. Considerando que a maior parte de seus ativos imobilizados se referem a equipamentos de informática e benfeitorias em que, conforme opinião da Administração, estão com os valores residuais apresentados a seu valor justo na data do balanço, não foram submetidos a teste formais de avaliação econômica, operacional ou tecnológica. Os ativos imobilizados foram registrados pelo custo de aquisição, com depreciação pelo método linear e taxas que variam de acordo com a vida útil estimada dos bens. Os ganhos e perdas nas alienações são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda em relação ao seu valor contábil na data da alienação, e são reconhecidos em "Ganhos (perdas) de capital no imobilizado" na demonstração do resultado. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são como segue:

Categoria de ativos	Taxa de depreciação a.a.
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de telefonia	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	20%
Benfeitorias em bens de terceiros	5%

A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento do exercício, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se este valor for maior que seu valor recuperável estimado. **3.11. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera ou se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.12. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridas de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes e se o pagamento devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivos não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso método da taxa da efetiva de juros, se relevantes. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.13. Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço. **3.14. Tributação:** Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240mil do lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferidos referente à diferença temporária dedutível resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas e associadas, são reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias. O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para serem aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. **Outros impostos:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Substituição Tributária ("ICMS-ST") e ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), e o Impostos sobre Produtos Industrializados ("IPI"), e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	De acordo com o município de prestação de serviço
ICMS	Conforme região-18%, 12% ou 7%
ICMS-ST	Conforme região e tipo de produto
IPI	Conforme região e tipo de produto

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto sobre vendas, exceto: • Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso; e • Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais. • Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão-como por exemplo, em virtude de um contrato de seguro-o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. **3.16. Reconhecimento de receita:** A Companhia tem como principais atividades: i) comercialização de equipamentos elétrico e eletrônicos, venda de produtos de informática ii) prestação de serviços de intermediação de negócios iii) prestação de serviços de licenciamento ou cessão de direito de uso, suporte técnico e consultoria em tecnologia da informação. A Companhia figura como agente principal em seus contratos de receita, a qual é contabilizada quanto o controle dos produtos e serviços são transferidos para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual esperam ter direito em troca destes bens ou serviços. Revenda de mercadorias: A receita de revenda de mercadorias é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo ao cliente, o que ocorre logo após seu faturamento e entrega do produto reconhecidos pelos clientes. As receitas da Companhia são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Prestação de serviços: As receitas provenientes das prestações de serviços de licenciamento ou cessão de direito de uso, suporte técnicos e consultoria em tecnologia da informação no ramo de informática e tecnologia são faturadas e reconhecidas à medida em que os serviços são disponibilizados pelos fabricantes ou executados por nossos revendedores ao contratante. As receitas oriundas de intermediação de negócios são faturadas e reconhecidas quando a Arrow Brasil vende mercadorias na modalidade FOB à conta da Arrow Electronics, Inc. sendo remunerada por comissão com base em um % do lucro líquido da operação FOB. Toda as receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluindo os impostos incidentes sobre elas. **3.17. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receita, custos e despesas) é apurado em conformidade com regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (a) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (b) os custos incorridos em respeito à transição podem ser mensurados de maneira confiável; (c) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; (d) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador. A receita é apresentada é líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são reconhecidas/contabilizadas, e os descontos sobre vendas quando ocorridos. **3.18. Novos pronunciamentos, interpretações, alterações ou melhorias:** Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023. A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são validas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como as certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral o IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável) • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8 As alterações ao IAS 8 (equivalentes ao CPC 23 - políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Pratice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem os julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos de uma Simples Transação - Alteração ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em respostas às regras do Pilar Dois da OCDE sobre e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback: (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamento) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a norma não se aplica a mesma. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1) - Apresentação das demonstrações contáveis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimos é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de convenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir: a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. b) Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros c) Provisões para demandas judiciais: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia pode ser adversamente afetada, independente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão na Companhia, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais. d) Tributos: Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
Caixa e bancos	338	6.601
Aplicações financeiras		
CDB (a)	93.086	70.372
	93.424	**76.973**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor estão mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. (a) Ao fim dos respectivos exercícios, as aplicações em Certificado de Depósitos Bancários são remuneradas pela taxa de 20% a 100% do CDI com liquidez diária resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor.

6. Contas a receber: a) Composição:

	2023	2022
Clientes nacionais	27.752	29.861
Clientes estrangeiros	64	72
(-) Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(11.288)	(14.447)
	16.528	**15.486**

b) A idade do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrada conforme segue:

	2023	2022
A vencer	15.679	15.060
Títulos vencidos:		
Vencidos até 3 meses	846	380
Vencidos entre 3 e 6 meses	44	-
Vencidos entre 6 e 12 meses	-	-
Vencidos acima de 12 meses	11.247	14.493
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(11.288)	(14.447)
Total	**16.528**	**15.486**

O contas a receber é apresentado pelo valor líquido dos impostos e contribuições a serem retidos pelo cliente quando de seu pagamento. O valor correspondente aos impostos e contribuições retidos é reconhecido no ativo da Companhia, na rubrica de "Tributos a recuperar e compensar". c) A Companhia promove a análise periódica dos itens que compõem o contas a receber. Em 31 dezembro de 2023 a movimentação da provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(16.092)**
Complemento de provisão	(3.279)
Reversão da provisão	4.924
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(14.447)**
Complemento de provisão	(28)
Reversão da provisão	3.187
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(11.288)**

7. Estoques: A seguir apresentamos a composição dos saldos de estoques:

	2023	2022
Mercadorias para revenda	9.298	9.122
Importação em trânsito	574	883
Provisão para perdas na realização dos estoques	(1.785)	(1.344)
	8.087	**8.661**

A Companhia promove a análise periódica dos itens que compõem seus estoques. Em 31 de dezembro de 2023 a movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(1.178)**
Complemento de provisão	(4.615)
Reversão da provisão	4.449
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.344)**
Complemento de provisão	(2.084)
Reversão da provisão	1.643
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(1.785)**

8. Transações entre partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas correspondem substancialmente a operações de compra e venda de mercadorias e comissões de intermediação de vendas. Adicionalmente, incluem reembolsos de despesas referentes a serviços centralizados, tais como, despesas de TI, despesas de RH, serviços administrativos, financeiros e jurídicos centralizados, dentre outros. Em geral os créditos comerciais têm como prazo médio para liquidação de 90 a 120 dias, no entanto, estes prazos podem ser estendidos de acordo com a disponibilidade de caixa, sem custo adicional. A composição dos saldos entre as partes relacionadas segue abaixo:

	2023	2022
Ativo		
Arrow Electronics Inc. (a)	4.610	6.767
Richardson RFPD Inc (a)	469	141
	5.079	**6.908**

	2023	2022
Passivo		
Arrow Electronics Inc. (a)	2.234	370
Power and Signal Group (a)	152	-
Richardson RFPD - USA (a)	1	-
	2.387	**370**
Circulante	**2.387**	**370**
Não circulante	**-**	**-**

(a) Refere-se substancialmente a compras de mercadorias de partes relacionadas para revenda e reembolso de despesas e comissões de intermediação de vendas. Os valores são atualizados monetariamente pela taxa de câmbio da data final do exercício, conforme descrito na Nota 3.4. As transações referentes a compras e vendas são realizadas de acordo com contratos vigentes, respeitando os critérios de preço de transferência com condições específicas e em montantes significativos. Dessa forma, o resultado dessas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações realizadas com partes não relacionadas.

2023

	Vendas a partes relacionadas	Vendas efetuadas por partes relacionadas	Valores devidos por partes relacionadas (a)	Valores devidos a partes relacionadas (a)	(Despesas)Reembolsos de despesas com partes relacionadas (b)
Arrow Electronics Inc.,	29.775	44.912	4.610	2.234	1.918
Richardson RFPD	1.953	1.175	469	1	-
Power Signal Group	-	997	-	152	-
	31.728	47.084	5.079	2.387	1.918

2022

	Vendas a partes relacionadas	Vendas efetuadas por partes relacionadas	Valores devidos por partes relacionadas (a)	Valores devidos a partes relacionadas (a)	(Despesas)Reembolsos de despesas com partes relacionadas (b)
Arrow Electronics Inc.,	26.157	41.861	6.767	370	10.324
ITM-USA	-	-	-	-	(3.196)
Richardson RFPD	2.007	915	141	-	-
Power Signal Group	-	2.481	-	-	-
	28.164	**45.257**	**6.908**	**370**	**7.128**

(a) Valores representem as contas a receber e contas a pagar com as partes relacionadas. (b) Valores referentes aos reembolsos de despesas referentes a serviços centralizados, tais como, despesas de TI, despesas de RH, serviços administrativos, financeiros e jurídicos centralizados, dentre outros.

Segue abaixo a movimentação dos fornecedores e do mútuo entre partes relacionadas:

Passivo fornecedores	2023	2022
Saldo inicial	370	1.364
Compras	47.092	45.260
Variação cambial	(13)	4
Pagamentos	(45.062)	(46.258)
	2.387	**370**

8.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração total do pessoal-chave da Administração corresponde a benefícios de curto prazo seguem abaixo:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo a administradores	2.641	2.442
	2.641	**2.442**

9. Impostos a recuperar: Abaixo segue a apresentação dos saldos dos impostos a recuperar:

	2023	2022
IRRF	51	61
ICMS a recuperar	5.352	3.741
Cofins a recuperar (a)	12.834	11.444
PIS a recuperar (a)	2.786	2.485
Imposto de renda a compensar	3.107	2.595
Contribuição social a compensar	1.112	943
Outros impostos a recuperar	32	310
	25.274	**21.579**

(a) O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em 13 de maio de 2021 que o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) seja excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins a partir de 2017. Baseado nestas decisões do STF e Circular nº 07/2021 do Ibracon, a qual recomenda o reconhecimento imediato destes créditos, a Companhia decidiu reconhecer estes créditos de PIS e COFINS em dezembro de 2021, sendo atualizados até dezembro de 2023 e os seus respectivos efeitos, detalhados a seguir:

	Créditos	Juros Selic	PIS e COFINS
PIS	1.949	837	2.786
COFINS	8.978	3.856	12.834
Total	**10.927**	**4.693**	**15.620**

10. Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento: a) Movimentação do ativo de direito de uso: A movimentação do ativo de direito de uso está demonstrada da seguinte forma:

	Valor contábil em 31/12/2022	Adições	Outros	Valor contábil em 31/12/2023
Valor de custo				
Imóveis	2.936	2.119	15	5.070
Total custo	2.936	2.119	15	5.070
Valor de armotização				
Imóveis	(610)	(878)	-	(1.488)
Total armotização	(610)	(878)	-	(1.488)
Valor líquido	**2.326**	**1.241**	**15**	**3.582**

a) Movimentação do ativo de direito de uso:

	Valor contábil em 31/12/2021	Adições	Valor contábil em 31/12/2022
Valor de custo			
Imóveis	-	2.936	2.936
Total custo	-	2.936	2.936
Valor de amortização			
Imóveis	-	(610)	(610)
Total amortização	-	(610)	(610)
Valor líquido	**-**	**2.326**	**2.326**

b) Movimentação do passivo de arrendamento:

	Valor contábil em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Juros incorridos	Outros	Valor contábil em 31/12/2023
Passivo de arrendamento	2.586	2.119	(1.107)	292	(34)	3.856
	2.586	**2.119**	**(1.107)**	**292**	**(34)**	**3.856**

	Valor contábil em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Juros incorridos	Valor contábil em 31/12/2023
Passivo de arrendamento	-	2.936	(575)	225	2.586
	-	**2.936**	**(575)**	**225**	**2.586**

	2023	2022
Circulante	994	913
Não circulante	2.862	1.673
	3.856	**2.586**

Os vencimentos do saldo do não circulante estão demonstrados como segue:	2023	2022
2024	89	350
2025	1.124	417
2026	1.211	485
2027	438	421
	2.862	**1.673**

A Companhia utiliza a 'taxa de empréstimo incremental' para o registro de seus arrendamentos. Essa taxa se refere à taxa de juros que a Companhia teria que pagar para obter um empréstimo por um período semelhante e, com uma garantia semelhante, os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante ao direito de uso ativo em um ambiente econômico semelhante. **11. Investimentos:** Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição nas seguintes empresas:

Descrição	Tipo	31/12/2023	31/12/2022	País-sede	
Arrow Argentina S.A.	Investida	3%	3%	Argentina	Importação e distribuição de componentes eletrônicos.

A investida da Companhia está situada na Argentina, tendo sido suas ações adquiridas via doação pela Corporate Arrow Electronics Inc. em 03 de março de 2011, sendo o valor de investimento da investida registrado pelo valor de custo. Abaixo segue a composição dos saldos dos investimentos:

	Arrow Argentina (a)	Total
Saldos em 31/12/2022	115	115
Saldos em 31/12/2023	115	115

(a) A coligada Arrow Argentina tem por atividade principal a importação e distribuição de componentes eletrônicos. Em 2023 Companhia realizou uma operação de venda junto a investida.

12. Imobilizado: Segue abaixo o mapa com a movimentação do ativo imobilizado:

Custo	Móveis e utensílios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de telefonia e informática	Veículos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento	Total do ativo imobilizado
Em 31 de dezembro de 2021	**365**	**136**	**334**	**1.687**	**112**	**318**	**-**	**2.952**
Adições	-	-	-	632	-	812	-	1.444
Baixa	-	-	-	(278)	-		-	(278)
Em 31 de dezembro de 2022	**365**	**136**	**334**	**2.041**	**112**	**1.130**	**-**	**4.118**
Adições	2	-	34	297	-	-	576	909
Baixa	(228)	(85)	(248)	(865)	(112)	(319)	-	(1.857)
Transferências	-	-	274	94			(368)	-
Em 31 de dezembro de 2023	**139**	**51**	**394**	**1.567**	**-**	**811**	**208**	**3.170**

Depreciação	Móveis e utensílios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de telefonia e informática	Veículos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento	Total do ativo imobilizado
Em 31 de dezembro de 2021	**(341)**	**(126)**	**(261)**	**(1.307)**	**(112)**	**(318)**	**-**	**(2.465)**
Adições	(12)	(4)	(22)	(170)	-	(20)		(210)
Baixa	-	-	-	254	-	-		254
Em 31 de dezembro de 2022	**(353)**	**(130)**	**(283)**	**(1.223)**	**(112)**	**(320)**	**-**	**(2.421)**
Adições	(9)	(3)	(35)	(236)	-	(176)	-	(459)
Baixa	225	84	233	731	112	321	-	1.706
Em 31 de dezembro de 2023	**(137)**	**(49)**	**(85)**	**(728)**	**-**	**(176)**	**-**	**(1.175)**
Valor residual líquido:								
Em 31 de dezembro de 2022	**12**	**6**	**51**	**818**	**-**	**810**	**-**	**1.697**
Em 31 de dezembro de 2023	**2**	**2**	**309**	**839**	**-**	**635**	**208**	**1.995**

continua ...

12.1. Revisão da vida útil: A Companhia avalia periodicamente a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2023, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. **13. Fornecedores:** A composição de fornecedores é como segue:

	2023	2022
Fornecedores estrangeiros	-	10
Fornecedores nacionais	1.930	1.732
	1.930	**1.742**

Os saldos em fornecedores referem-se a valores a pagar a fornecedores de materiais para revenda, insumos para materiais de uso e consumo, prestadores de serviços e compra de imobilizado. **14. Obrigações tributárias:** A composição dos tributos a recolher é como segue:

	2023	2022
ICMS	349	4
IPI	819	441
PIS e COFINS	93	243
ISS	219	275
IRPJ e CSLL	526	896
Outros	20	20
	2.026	**1.879**

15. Obrigações trabalhistas: A composição das obrigações trabalhistas é como segue:

	2023	2022
Empréstimos a funcionários	12	14
Encargos sociais	1.283	1.351
Provisões de férias	2.910	3.567
Provisões bônus diretoria	454	1.339
Outras provisões (a)	385	280
	5.044	**6.551**

(a) O saldo de outras provisões compõe os valores de provisões para participação nos lucros, convênio farmácia e provisões bônus diversos. **16. Provisão para demandas judiciais:** Com base na opinião dos consultores jurídicos externos, a Companhia mantém provisões para contingências que são relativas a possíveis questionamentos judiciais por parte da Administração Tributária Federal e as reclamações trabalhistas que foram provisionadas pela Companhia com base em uma estimativa de perda provável aprovada pela Administração. A provisão é considerada adequada pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de possíveis processos judiciais, trabalhistas e outros, cujos valores julgados suficientes pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Natureza	2023	2022
Civil	9.131	9.071
Trabalhista	153	100
Tributárias	66.019	133.211
	75.303	**142.382**

Movimentação da provisão para contingências	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**191.034**
Adições	37.905
Reversão da provisão	(86.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**142.382**
Adições	9.799
Reversão da provisão	(76.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**75.303**

A administração da Companhia não efetuou provisão para perdas em suas demonstrações financeiras de diversos processos baseados nas avaliações dos consultores jurídicos quanto a riscos de perda classificados como remoto e possível. O montante não provisionado decorrente de processos possíveis, atualizados até 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Natureza	2023	2022
Cível (a)	14.294	5.090
Trabalhista	500	2.285
Tributária (b)	-	22.626
	14.794	**30.001**

(a) As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais. (b) Trata-se de questionamento da Secretária da Fazenda do Rio de Janeiro ao crédito utilizado indevidamente do benefício fiscal de ICMS do período de 2012 a 2015.

17. Outros passivos: A composição de outros passivos é como segue:

	2023	2022
Comissões a pagar	708	1.185
Adiantamento de clientes	33	107
Outras contas a pagar (a)	5.049	7.331
	5.790	**8.623**

(a) O saldo de outras contas a pagar compõem os valores de despachantes, de fretes, de serviços profissionais, de aluguéis, de auditoria e de manutenção de sistemas e outras provisões. **18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Arrow Brasil S.A. era representado por 212.371.286 ações, todas nominativas, na forma escritural e sem valor nominal.

	2023			2022		
	Quantidade	Total	%	Quantidade	Total	%
Arrow Electronics, Inc.	212.371.285	82.178	99,99	212.371.285	82.178	99,99
Arrow Electronics (UK)	1	-	0,01	-	-	-
Christopher D. Stansbury	-	-	-	1	-	0,01
	212.371.286	**82.178**	**100**	**212.371.286**	**82.178**	**100**

18.2. Reserva de lucros: Reserva legal: A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Reserva para investimentos e expansão: Reserva constituída com a finalidade de assegurar recursos suficientes para expandir as atividades e investimentos, bem como para subsidiar projetos para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades das Companhia.

A composição das reservas de lucros são como segue:

	2023	2022
Prejuízos acumulados	(49.682)	(109.890)
Resultado do exercício	66.770	60.208
Resultado após compensação de prejuízos acumulados	**17.088**	**(49.682)**
Constituição das reservas de lucros		
Reserva legal 5%	853	-
Reserva para investimento e expansão	16.235	-
Total das reservas de lucros	**17.088**	**-**

19. Instrumentos financeiros e gestão de risco: 19.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. As informações para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão elencadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração. a) Risco cambial: A Companhia realiza importações de parte relacionadas no exterior o que gera exposição ao risco cambial com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. As principais transações da Companhia são expostas ao risco cambial referem-se ao contas a receber, ao contas a pagar e ao empréstimo entre as partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a exposição em moeda estrangeira estava assim composta:

	Em 31 de dezembro de 2023		Em 31 de dezembro de 2022	
	Moeda Estrangeira em Dólares	Em Reais	Moeda Estrangeira em Dólares	Em Reais
Ativo				
Conta a receber de clientes	13	63	14	74
Contas a receber partes relacionadas	1.034	5.017	1.307	6.908
	1.047	5.080	1.321	6.982
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	-	-	2	11
Fornecedores partes relacionadas	492	2.387	70	370
	492	2.387	72	381
Total ativo (passivo)	555	2.693	1.249	6.601

19.2. Estimativa do valor justo: Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

			2023		2022	
Ativos financeiros	Hierarquia Valor justo	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Valor justo por meio de resultado	93.424	93.424	76.973	76.973
Contas a receber de clientes	Nível 2	Custo amortizado	16.528	16.528	15.486	15.486
Contas a receber partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	5.079	5.079	6.908	6.908
			115.030	**115.030**	**99.367**	**99.367**
Passivos financeiros						
Contas a pagar partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	2.387	2.387	370	370
Fornecedores estrangeiros	Nível 2	Custo amortizado	-	-	10	10
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	-	-	-	-
			2.387	**2.387**	**380**	**380**

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor juros exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. **19.3. Fator de risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia ocorre quando um de seus clientes ou contraparte de instrumentos financeiros deixa de cumprir com suas obrigações contratuais e a característica de cada cliente influência no risco de crédito. A Companhia estabelece políticas de crédito sob a qual todo o novo cliente é exposto a análise de crédito antes dos termos e das condições padrão de pagamentos. A Companhia estabelece a provisão para crédito de liquidação duvidosa cujos critérios estão estabelecidos pelas políticas internas. A exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e às contas a receber, segue representada abaixo:

	Controladora	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	338	6.601
Aplicação financeira (Nota 5)	93.086	70.372
Contas a receber de clientes (Nota 6)	16.528	15.486
	109.952	**92.459**

19.4. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades para cumprir seus compromissos com seus credores associados aos seus passivos financeiros. A Companhia sempre administra ao máximo para que haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus vencimentos, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **19.5. Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros poderá decorrer da obtenção de parcela de dívidas referenciada ao IPCA, IGP-M, e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **19.6. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de produtos e serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **19.7. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao revisar seu capital social são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos. De acordo com uma política de gestão global, como forma de diminuir eventuais riscos, mantemos relacionamento apenas com instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia mantém recursos financeiros originados em capital próprio em montantes julgados suficientes para a execução de seu plano de investimentos. **20. Imposto de renda e contribuição social:** a) Diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O imposto de renda diferido ativo e passivo é reconhecido com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstradas a seguir:

	2023	2022
Provisão para bônus diretoria	50	51
Provisão para comissão de vendas	2.566	1.797
Provisão para participação nos lucros	46	44
Demais provisões	416	477
Variação cambial competência vs. regime caixa	(375)	(265)
Provisão para perdas de realização dos estoques	607	457
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	3.838	4.912
Provisão trabalhista e cível	2.070	3.118
Provisão PIS e COFINS não cumulativo	1.812	11.038
Provisão de impostos de renda e contribuição social corrente	-	335
Reestruturação-Filial Arrow ECS	-	402
Arrendamento mercantil	79	58
Créditos tributários-Exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS	(5.311)	(4.735)
Provisão de impostos de importação	14.945	22.097
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	20.762	23.228
Imposto de renda e contribuição social diferido	41.505	63.014

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2023 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado conforme demonstrado abaixo:

Ano	**Diferido**
2024	10.316
2025	14.146
2026	7.381
2027	4.320
2028	4.134
2029 até 2032	1.208
	41.505

O estudo técnico referente às projeções de lucros tributáveis futuros foi aprovado em reunião de diretoria e apresentado ao Conselho de Administração. b) Tributos sobre o lucro: Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: A despesa efetiva do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**93.423**	**79.251**
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de legislação	(31.764)	(26.945)
Impostos diferido e ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido	**-**	**-**
Adições/(exclusões) permanentes	**(475)**	**(584)**
Adições/(exclusões) temporárias	**27.095**	**23.590**
Provisão contingências tributárias	21.008	16.943
Outras diferenças líquidas	6.087	6.647
Imposto de renda e contribuição social diferidos gerados sobre diferenças temporárias	**(21.509)**	**(15.104)**
Total	**(26.653)**	**(19.043)**
Alíquota efetiva	**28,5%**	**24,0%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.144	3.939
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.509	15.104
	26.653	**19.043**

21. Receitas e deduções de receitas:	2023	2022
Receita com vendas de mercadorias	104.335	100.329
Receita com serviços	32.150	43.122
Receita bruta total	**136.485**	**143.451**
Deduções		
Impostos sobre Vendas	(24.250)	(28.561)
Devoluções, abatimentos e cancelamentos	(517)	(4.754)
Receita Líquida	**111.718**	**110.136**

22. Custos:	2023	2022
Custo das mercadorias vendidas	(58.288)	(49.431)
Custos dos serviços prestados	(69)	(10.082)
Ajuste de inventário	(105)	69
Rebates sobre compras	-	-
Outros custos	317	429
	(58.145)	**(59.015)**

23. Despesas por natureza: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua natureza e representada a seguir:

	Controladora	
	2023	2022
Salários, encargos e ordenados	24.781	19.234
Outras despesas gerais e administrativas	3.260	8.206
Depreciação e amortização	1.333	819
Provisões sociais e cíveis	3.176	2.841
Aluguéis de imóveis e equipamentos	13	(27)
Viagens nacionais e internacionais	681	457
Água, energia, telefone e internet	168	136
	33.412	**31.666**

24. Outras receitas operacionais:	2023	2022
Créditos extemporâneos (a)	358	1.039
Outras receitas	3	82
Reversões de contingências (b)	73.521	65.555
	73.882	**66.676**

(a) O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em 13 de maio de 2021 que o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) seja excluído da base de cálculo do Pis e da Cofins a partir de 2017. Baseado nestas decisões do STF e Circular nº 07/2021 do Ibracon, a qual recomenda o reconhecimento imediato destes créditos, a Companhia decidiu reconhecer estes créditos de PIS e COFINS em dezembro de 2021, sendo atualizado até dezembro de 2023. (b) No exercício de 2023 houve a reversão das contingências de impostos sobre importação e PIS/COFINS não cumulativos de 2017 a 2018 e da provisão do IRPJ e CSLL de 2017.

25. Resultado financeiro:	2023	2022
Receitas Financeiras		
Juros ativos	10.625	8.046
Variação cambial ativa	-	11
Desconto obtidos	6	13
	10.631	**8.070**
Despesas Financeiras		
Descontos concedidos	(80)	(69)
Juros passivos	(10.075)	(13.678)
Outras despesas	(662)	(512)
Variação cambial passiva	(142)	(465)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(292)	(226)
	(11.251)	**(14.950)**
Resultado Financeiro, líquido	(620)	(6.880)

26. Transações que não envolvem o caixa: A Companhia realiza transações não monetárias que não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia teve adições não monetárias de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de R$ 2.119 em 2023 (R$ 2.936 em 2022). **27. Seguros:** Os contratos de seguros estabelecidos pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada abaixo:

	2023	2022
Veículos	R$ 400	R$ 480
Riscos operacionais	UDS 5.766	R$ 29.258
Responsabilidade gerais	R$ 9.889	-
Responsabilidade civil e Administração e diretores (D&O)	R$ 24.548	R$ 25.968
Transportes de mercadorias nacionais	R$ 38.500	R$ 38.500
Transportes de mercadorias internacionais	USD 10.800	USD 10.800

28. Eventos subsequentes: Em fevereiro de 2024 houve a habilitação do crédito tributário referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis/Cofins totalizando o valor de R$ 9.149 milhões. Em maio de 2025 foi celebrado e pago o acordo referente a liquidação de processo judicial no montante de R$ 4.348 milhões.

Controller

Helen Menezes K. Zamora-CRC nº 1SP217904/O-3

Diretoria

Antonio Celso Dantas-Diretor Financeiro-CRC nº 1SP159055/O-4

José Alberto Rezende Caous-Diretor Executivo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Arrow Brasil S.A.** São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda

CRC SP-034519/O

Alessandra Aur Raso

CRC SP-248878/O.

https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/arrow-brasil-s-a-balanco-patrimonial-31-de-dezembro-de-2023-e-2022/

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1425-D457-1ECE-7EDB ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1425-D457-1ECE-7EDB

Hash do Documento

92F2B2099B7186CD9CF0C93E85C730C55B2FE0303491D8E345A51D0990216DA4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/12/2025 é(são) :

☑ Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 11/12/2025 20:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.
IP: 172.16.4.9
AC: AC Certisign RFB G5